



Alencar Monteiro

Chiarelli com Mailson: solidariedade só após um debate antecipado

Parlamentares querem debater a negociação da dívida externa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para que os parlamentares sejam solidários com o governo é preciso que haja um debate antecipado sobre as condições de negociação da dívida externa. Esta foi a sugestão feita pelos membros da Comissão da Dívida Externa do Senado, na reunião de ontem com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O ministro não apresentou à Comissão nenhum fato concreto sobre a negociação que, segundo afirmou, ainda não começou. Diante da ausência de temas para debate, os senadores propuseram que, assim que esteja concluída a auditoria interna determinada pelo Ministério da Fazenda, para a verificação das contas da União, seja realizada nova reunião.

Para Mailson da Nóbrega, no entanto, existem alguns dados aos quais não pode ser dada publicidade, para não prejudicar as negociações.

"Cabe ao ministro decidir se discute antes com os parlamentares ou se nos deixa liberdade de análise crítica do processo", disse o senador Carlos Chiarelli. Em geral, os parlamentares reagiram mal ao argumento da necessidade de sigilo apresentado pelo ministro: "O Congresso tem que estar atento, pois a negociação externa brasileira não pode ser um ato isolado do governo", disse o senador Itamar Franco.

A maior preocupação da Comissão da Dívida Externa do Senado é com a possibilidade, levantada pelo ministro, de o Brasil fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Chiarelli, Mailson da Nóbrega afirmou, na reunião, que o FMI de hoje não é o mesmo de 1983, pois agora sua preocupação é estimular o crescimento dos países devedores, para possibilitar o pagamento adequado da dívida. "O ministro pode achar que as condições são outras, mas continuamos achando que a ida ao FMI é funesta por

exigir contenção de salários e recessão para o crescimento das exportações", disse Jamil Haddad. "Não sei se é ingenuidade acreditar que o controlador passe a agente de desenvolvimento dos países devedores", acrescentou Chiarelli.

De qualquer forma, o ministro reafirmou sua disposição de não vincular o acordo com o FMI à negociação com os bancos credores. "Ele hesitou em afirmar que o acordo com o FMI será posterior", contou Fernando Henrique Cardoso. A análise final é de que, como afirmou o senador Chiarelli, "a estratégia é, em linhas gerais, muito parecida com a anterior, com a definição de que não podemos pagar os juros". Segundo o ministro, não estamos mais em moratória, mas pagaremos os juros conforme as nossas disponibilidades. Um novo encontro, "com números adequados e critérios definidos" deverá ser marcado, segundo Chiarelli, em fevereiro.